

Lucas Oliveira

Moraes

Graduando em Gestão pública para o desenvolvimento econômico e social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ.

Contato:

<oliveiramoraes-luca@gmail.com>

Giselle Tanaka

Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ.

Contato:

<gisellemegumi@gmail.com>

Este artigo contou com a colaboração de Renato Cosentino e Ana Clara de Oliveira Medina

**Palavras-chaves:**

Cidade neoliberal; Movimentos sociais urbanos; Ocupações urbanas; Ativismo.

**Keywords:**

Neoliberal city; Urban social movements; Urban occupations; Activism.

1 Em dossiê lançado em 2017, a ONG Terra de Direitos mostrou que 66 defensores de direitos humanos foram assassinados no Brasil em 2016 e outros 64 estavam ameaçados (CDDH, 2017).

# Crise e as novas lutas urbanas: Um olhar crítico sobre as experiências das ocupações urbanas no Rio de Janeiro

**Resumo:** O objetivo deste artigo é identificar o contexto de uma crise social e urbana que vem se agravando nas últimas décadas. Na introdução, trataremos brevemente da dinâmica do sistema capitalista e sua relação com o espaço urbano, buscando entender o contexto histórico em que novas formas de luta emergem no mundo e no Brasil. Em seguida, analisaremos uma série de ocupações que aconteceram no Rio de Janeiro no período de 2011 a 2016, suas especificidades e como estas experiências podem servir de base para o fortalecimento de um contexto maior de luta urbana.

**Abstract:** *The purpose of this article is to identify the context of a social and urban crisis that has been worsening in recent decades. At the introduction, we will deal briefly with the dynamics of the capitalist system and its relations with the urban space, trying to understand the historical context in which new forms of struggle emerge in the world and in Brazil. Next, we will analyze a series of occupations that took place in Rio de Janeiro in the period from 2011 to 2016, its specificities and how these experiences can serve as a basis for the strengthening of a bigger context of urban struggle.*

## 1. Introdução

Tem sido bastante comum nos últimos anos, sobretudo a partir de 2013, ouvirmos nas rodas de conversas entre amigos, nos meios de comunicação, nos encontros familiares e nos artigos acadêmicos, a respeito de uma crise vivida pela humanidade. Se por um lado está claro que não é tarefa fácil entender as causas e consequências dessa crise, por outro lado, é bastante possível realizar o exercício de compreender suas expressões.

O quadro social vem se agravando, como é possível acompanhar pelas notícias, que diariamente mostram o aumento do desemprego, o crescimento da população em situação de pobreza e miséria e o aumento do número de homicídios. Como resposta, e em um contexto de crise também política, fortalecem-se as políticas de austeridade aplicadas pelos governos, com cortes no orçamento público destinados a garantia dos direitos sociais e a flexibilização de direitos trabalhistas. Integra ainda o “pacote” de medidas de governo, o aumento das políticas repressivas e de criminalização da pobreza, o aumento da injustiça socioambiental no campo e na cidade, inúmeras violações de direitos dos povos tradicionais, quilombolas, da negritude, das mulheres e da população LGBT. Defensores dos direitos humanos e lideranças populares estão sendo mortos, seja em operações policiais, seja por milícias e forças criminosas contratadas para defender interesses econômicos e de grandes proprietários<sup>1</sup>.

Em relação à caracterização do fenômeno da crise urbana, Elizete Manega elabora importantes contribuições ao afirmar que “observada a partir da nossa condição periférica no mundo ocidental, esta crise diz respeito ao esgotamento do modelo de relações socialmente estruturadas, no espaço e no tempo, entre homem e natureza, entre campo e cidade, entre público e privado, entre proprietários e sem-propriedade, entre civilização e barbárie” (Manega, 2009, p. 98).

Essa crise tem um forte componente urba-

no, que, neste século, é lugar de moradia da maior parte da população mundial e de concentração de extremas desigualdades sociais, especialmente nos países do Sul Global. De acordo com as ideias de Léfbvre (1979), pode-se compreender a crise urbana como uma crise das formas estruturais de apropriação do espaço social e, dissociadamente, crise dos conteúdos estruturados da ação social; como crise do sujeito e da sua objetividade: desordem e instabilidade, que, então, se estendem à totalidade dos domínios da vida social.

Apresentaremos, inicialmente, alguns dados que nos permitem identificar uma crise social e urbana que vem se agravando e atinge de forma mais dramática determinados grupos sociais. Passamos, após, a examinar respostas a essa crise que vêm sendo organizada por mobilizações sociais e organizações políticas nas cidades, com base nos trabalhos de campo que se desenvolveram a partir de visitas e imersões nas ações políticas. Busca-se relacionar as informações obtidas em campo, com uma rica bibliografia sobre os temas propostos.

Conflitos urbanos recentes têm impulsionado novas formas de resistência e luta, através de novos coletivos que se formam, movimentos sociais e organizações políticas pré-existentis. São as centenas de ocupações de escolas, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, prédios e espaços públicos ocupados como uma nova forma de mobilização social, e novas militâncias que passam a fortalecer a luta por moradia através de ocupações culturais.

## 2. O contexto de crise social e urbana

O aumento do desemprego é um forte indicador de piora nas condições de vida da população e recentemente vem se ampliando no país. No final do ano de 2016, as taxas de desemprego no Brasil foram estimadas em 12% para os últimos três meses do ano, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua dezembro de 2016, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Se comparado ao mesmo período do

ano de 2012, o desemprego cresceu em aproximadamente 5,1%. A crise no desemprego que assola o país há décadas, entre outubro e dezembro de 2016 atingiu aproximadamente 12,3 milhões de pessoas. Se comparado com o igual trimestre do ano anterior esta estimativa cresceu 36%, representando um aumento de 3,3 milhões de pessoas desocupadas na força de trabalho.

De acordo com dados do IBGE, o salário médio mensal dos trabalhadores formais na cidade do Rio de Janeiro em 2015 era de 4,3 salários mínimos. A estimativa da população em 2016 chegava a cerca de 6.498.837 pessoas. Desse total, o percentual da população ocupada chega a 43,1%<sup>2</sup>.

O genocídio e encarceramentos de jovens negros no Brasil são crescentes. De acordo com o Mapa da Violência sobre os homicídios de 2012, cerca de 30 mil jovens de 15 a 29 anos são assassinados por ano no Brasil, e 77% são negros (soma de pretos e pardos). De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras, segundo o Atlas da Violência de 2017. Na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com o relatório "Você matou meu filho", organizado pela Anistia Internacional, quase a totalidade das vítimas em casos registrados como "homicídio decorrente de intervenção policial" são homens (99,5%) e 79% são negros. Embora não seja possível identificar a idade das vítimas em uma porcentagem expressiva de casos, as informações disponíveis (557 casos) indicam que 75% das vítimas da letalidade policial são jovens entre 15-29 anos<sup>3</sup>.

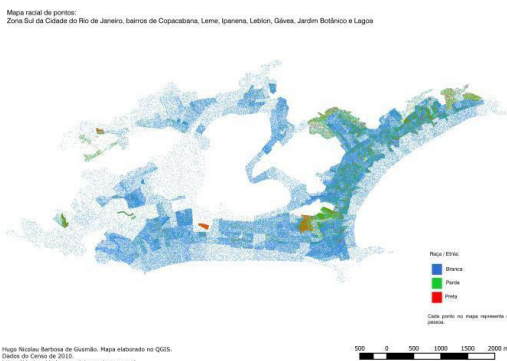
Esse território também é hostil para as mulheres, no qual "a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres –a quinta maior no mundo, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 2015, o Mapa da Violência sobre homicídios entre o público feminino revelou que, de 2003 a 2013, o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 54%, passando de 1.864 para 2.875." Segundo o Dossiê Mulher de 2015, elaborado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), as vítimas do sexo feminino representam a maioria em oito dos onze títulos analisados: lesão corporal dolosa (64,0% dos registros são contra mulheres), estupro (83,2%), tentativa de estupro (91,3%), violação de domicílio (66,7%), supressão de documento (58,0%), calúnia/injúria/difamação (73,6%), ameaça (65,5%) e constrangimento ilegal (59,0%). Além disso, são minoria nos títulos: homicídio doloso (8,5%), tentativa de homicídio (12,3%) e dano (49,9%).

Em relação à população LGBT, a realidade não é muito diferente. De acordo com os dados, "o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Entre janeiro de 2008 e março de 2014, foram registradas 604 mortes no país, segundo pesquisa da organização não governamental (ONG) *Transgender Europe* (TGEU), rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero."<sup>4</sup>

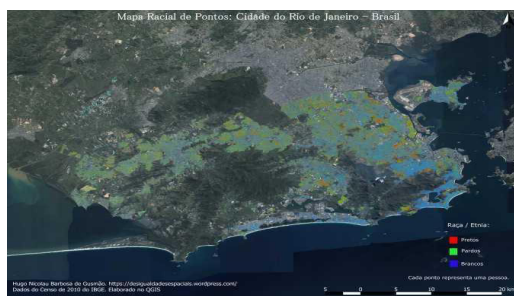
A segregação socioespacial é ainda um agravante das condições de desigualdades. A população pobre e negra encontra-se majoritariamente nas favelas e nos bairros periféricos, onde a condição de acesso à infraestrutura urbana é inferior. Os mapas abaixo (Fig. 1 e Fig. 2) mostram a concentração de população branca nos bairros da Zona Sul da cidade

do Rio de Janeiro, e nos bairros de alta renda e grandes concentrações de investimentos públicos, como a Barra da Tijuca. Além de estarem concentrados em bairros com menor quantidade e qualidade de serviços públicos, empregos, espaços de lazer e cultura, as condições de mobilidade urbana dos bairros periféricos também estão em processo de agravamento, no que Ermínia Maricato denomina de "exílio na periferia" (MARICATO, 2011).

O Rio de Janeiro é o município com maior média de tempo de deslocamento dentre as regiões metropolitanas brasileiras, com 48,5 minutos. É também considerada a 3ª pior em trânsito dentre 160 cidades do mundo, atrás apenas de Moscou e Istambul (RODRIGUES, 2013). As condições para quem utiliza transporte público são ainda piores, marcadas pela precariedade, ineficiência e insegurança, além de aumentos excessivos nas tarifas nos últimos anos. Entre 2009 e 2016, houve um aumento de 66% nas tarifas de ônibus no Rio de Janeiro, representando mais que o dobro da inflação no período. (RODRIGUES, 2016)



**Figura 1:** Mapa Racial de pontos: Zona Sul do Rio de Janeiro, bairros de Copacabana, Leme, Ipanema, Leblon, Gávea, Jardim Botânico e Lagoa.



**Figura 2:** Mapa Racial de pontos: Cidade do Rio de Janeiro - Brasil<sup>5</sup>

As desigualdades sociais, culturais e políticas, se dão pela existência de uma grande disparidade no padrão de vida, entre os cidadãos espalhados pelas nações, no que diz respeito à liberdade, renda, acesso à moradia, à educação, aos serviços da cidade, além de distinções por cor, gênero e orientação sexual. O que gerou isso? Será que existem grupos sociais que são melhores geneticamente do que outros? É natural da condição humana o fato de, nos dias de hoje, a riqueza da burguesia internacional, equivalente a 1% da população mundial, ser correspondente a mesma riqueza dos outros 99% da população mundial?

É de fundamental importância refletir sobre a

**2** Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução (ONU, 2017).

**3** A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil, diz CPI. (BBC BRASIL, 2016).

**4** Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais. (AGÊNCIA BRASIL, 2015).

**5** Fonte: Blog Desigualdades Espaciais, acesso em 30 de julho de 2017. Mapas elaborados por Hugo Gusmão.

não aleatoriedade dos tempos históricos e seus desdobramentos para a vida em sociedade de classes. A partir das importantes contribuições a respeito das relações entre capital e trabalho, os estudiosos das obras de Karl Marx e Friedrich Engels nos ajudam a entender que a condição atual da humanidade não é fruto do caminhar natural da vida humana, mas sim uma consequência das contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

*“No Modo de Produção Capitalista, os trabalhadores produzem os bens necessários à vida humana sob a apropriação privada dos meios de produção. Ocorre, portanto, que a produção do Capital (as riquezas produzidas) que é social torna-se propriedade privada nas mãos de uma pequena parcela da sociedade, fato que imputa um aspecto de desigualdade desde a base produtiva dessa sociedade. A sociedade capitalista é composta, portanto, por aqueles que produzem riqueza, mas dela não se apropriam, e por aqueles que, por serem donos dos meios de produção (os burgueses) exploram os trabalhadores, se apropriando da riqueza por eles produzida. A socialidade do Capital funda-se nesse antagonismo. Nesse sentido, para Marx e Engels, a compreensão do real (a investigação de qualquer fenômeno) deve ocorrer de modo dialético e não mecânico; de modo histórico e não natural, de maneira que os fenômenos estudados estejam em íntima relação com a totalidade que os integra”* (DANCINI & PEIREIRA MELO, 2011, p. 11).

O contexto da crise urbana no Brasil é um reflexo da nossa condição histórica de país latino-americano e dependente. Uma história marcada pelo genocídio dos povos originários, sequestro e escravização em diáspora dos povos africanos, produção econômica agrário-exportadora profundamente dependente do comércio internacional, industrialização e urbanização que acentuaram as crises nas cidades, ampliando a segregação socioespacial.

A partir da década de 70, a gestão das crises urbanas, em um contexto de globalização do capitalismo, apresentou transformações estruturais nas políticas econômicas e nos recursos ideológicos das classes dominantes, no sentido de defender a liberdade absoluta do mercado e restrições às intervenções do Estado na economia, o que ficou conhecido como neoliberalismo. Podemos destacar como políticas centrais dessa doutrina econômica e ideológica: a abertura comercial, liberalização financeira, eliminação do controle sobre taxas de juros, legislação bancária e do mercado de capitais; liberalização do regime de investimentos estrangeiros; privatizações de serviços públicos e empresas estatais; desregulamentação do mercado de trabalho, caracterizada pela redução do orçamento de instituições de seguridade social; além do fomento à prática da terceirização e quarteirização, com a precarização dos trabalhadores.

O neoliberalismo chega no Brasil com mais força nos anos 1990 e é com base nessa doutrina econômica que os sucessivos governos seguem aplicando suas políticas econômicas. É nesse marco que as políticas públicas dos governos locais, no que diz respeito ao planejamento urbano, têm organizado

suas intervenções na cidade, essencialmente por meio das parcerias público-privadas, dos megaprojetos urbanos e megaeventos esportivos, colocando em prática o chamado planejamento estratégico. Sob esta ótica, o espaço urbano é entendido enquanto mercadoria e as cidades são colocadas em competição em um mercado global, disputando atração de investimentos, turismo e empregos, o que gera a supervalorização dos solos e o investimento em grandes empreendimentos.

*“Talvez esta seja, hoje, uma das idéias mais populares entre os neo-planejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo em que outras cidades também estão à venda. Isto explicaria que o chamado marketing urbano imponha-se cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. Ao mesmo tempo, aí encontraríamos as bases para entender o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos. (...) Em síntese, pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis”* (VAINER, 2000, p. 68).

### 3. Ocupas: Novas estratégias de luta?

Na última década, novas formas de mobilização social têm surgido no cenário internacional: são ocupações de espaços públicos em grandes cidades, no centro do capitalismo global, de grande visibilidade pública e importância simbólica, organizados de forma autônoma e coletiva. As ocupações acontecem em um contexto de crise econômica internacional (disparada pelo rompimento da bolha especulativa norte-americana baseada no *subprime* – concessão de empréstimos hipotecários de alto risco – como forma de expansão de lucros imobiliários e financeiros), que teve como resposta dos governos a injeção de recursos públicos massivos em bancos e empresas privadas, ao custo do aumento do desemprego, dos despejos de famílias por falta de pagamento de hipotecas e aluguéis, e corte em investimentos sociais. As ocupações buscam denunciar as desigualdades sociais e o controle econômico e político do capitalismo financeiro, e em escala global, diversas ações foram articuladas, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa. Os movimentos que mais se destacaram utilizaram a estratégia de ocupação do espaço público como palco de articulação, discussões, debates e denúncias das retiradas de direitos. Nas ocupações, são construídas formas de organização e manutenção do espaço, além de redes de apoio aos ocupantes horizontais e colaborativas. Desses movimentos, destacamos o *Occupy Wall Street* e o 15-M na Espanha.

O *Occupy Wall Street* foi um movimento internacional, iniciado em setembro de 2011, no Zuccotti Park, localizado no distrito financeiro de Manhattan, na cidade de Nova York. O objetivo do movimento foi de denunciar a crescente desigualdade

na distribuição de renda nos Estados Unidos, assim como problematizar questões internacionais, como a expansão das guerras e ocupações militares. Para materializar essas críticas, o movimento apontava o capitalismo financeiro como o principal responsável pela manutenção das desigualdades sociais. Utilizava o slogan *We are the 99%* ("Nós somos os 99%"), para chamar atenção da população para as profundas diferenças econômicas. Desde então, uma onda de protestos semelhantes espalhou-se por diversas outras cidades nos Estados Unidos (Boston, Chicago, Los Angeles, Portland, São Francisco, entre outras). O Movimento *Occupy* também se estendeu para além das fronteiras americanas, tendo manifestações inclusive no Brasil. A articulação envolveu pessoas de diferentes idades e distintos grupos sociais, desde moradores de ruas, hippies, artistas, intelectuais, sindicatos, ocupando espaços públicos em São Paulo (no Vale do Anhangabaú) e no Rio de Janeiro (na Cinelândia). Embora essas ocupações tenham sido limitadas, em adesões e projeção social, o movimento *Occupy* vai influenciar outras ocupações que acontecem no Brasil a partir de 2013, como veremos adiante.

Na Espanha, em 15 de maio de 2011, ocorreu uma manifestação em 58 cidades espanholas que chamou atenção de todo o mundo. O movimento ficou conhecido como 15-M, os "Indignados de Espanha". O país vivia naquele ano uma profunda crise econômica e social que se tornou elemento central daquela mobilização. O desemprego atingia 21% da população, representando 45% de desemprego juvenil, além de cortes nas condições de vida para muitos, com aumento dramático de execuções de hipotecas por falta de pagamentos.

As eleições municipais na Espanha estavam marcadas para o dia 22 de maio daquele ano. No dia 15 de maio saíram à rua dezenas de milhares de pessoas, sobretudo jovens, em Madrid, Barcelona e em muitas outras cidades. No final, em Madrid alguns pernoveram na Porta do Sol e, no dia seguinte, outros em Barcelona, na praça da Catalunha.

No Brasil, manifestações populares eclodiram em grandes cidades em junho de 2013, rapidamente ganhando adesões e se espalhando por todas as capitais e centenas de cidades por todo o país. Milhares de pessoas tomaram as ruas de forma inesperada, e manifestando uma forte insatisfação, dirigida principalmente aos governos. O estopim das chamadas "jornadas de junho" foi o aumento das passagens de ônibus. A primeira resposta com projeção na mídia foram manifestações organizadas em São Paulo pelo Movimento Passe Livre (MPL). O MPL já vinha há alguns anos realizando campanhas pela tarifa zero no transporte público em conjunto com um trabalho de base em escolas e periferias. As primeiras manifestações do MPL em junho foram em pequena escala, mas duramente reprimidas por forças policiais. O questionamento da ação truculenta da polícia sobre uma manifestação pacífica e considerada legítima por grande parte da sociedade levou um número crescente de pessoas às ruas. À medida que as manifestações cresciam, cresciam também as reivindicações levadas.

Nas primeiras duas semanas de junho, manifestações no Rio de Janeiro reuniam milhares de pessoas. No dia 17 de junho, 100 mil pessoas foram

contabilizadas em marcha entre a Candelária e a Cinelândia, lotando a Avenida Rio Branco. Poucos dias depois, em 20 de junho, um milhão de pessoas marcharam da Candelária em direção à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e foram duramente reprimidas pela Tropa de Choque. Destaca-se nesse movimento popular, plural e heterogêneo, nas ruas do Rio de Janeiro<sup>6</sup>: o questionamento ao sistema político; o custo e tempo perdido nos transportes; os problemas de acesso aos equipamentos públicos, principalmente de saúde e educação; e a revolta contra os enormes gastos destinados à produção dos megaeventos esportivos.

No Rio de Janeiro, duas principais palavras de ordem se destacaram: "Fora Cabral" e "Não vai ter Copa". O Governador do Estado Sérgio Cabral se torna então o principal alvo dos manifestantes, e os atos começam também a ocupar a frente do palácio do governo e da residência do governador, onde se instala o "Ocupa Cabral". O "Não vai ter Copa" é acompanhado por cartazes que cobram investimentos em hospitais e escolas, contra os enormes gastos com as reformas dos estádios, e cresce de forma espontânea em todos os atos públicos. As frases cunhadas pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, como "Contra a Privatização: Maracanã Público e Popular", começam a aparecer em cartazes e bandeiras levados por pessoas e grupos independentes.

A partir de outubro, as manifestações no Rio de Janeiro também começam a perder força. O aumento da violência policial foi certamente um fator preponderante, mas houve também uma dispersão da população. Os "Ocupas", acampamentos organizados por coletivos autônomos em espaços públicos, com reivindicações políticas específicas, articulam repertórios dos movimentos sociais urbanos brasileiros e canalizam pautas que se fortaleceram a partir de junho de 2013, e têm também influência do movimento *Occupy* dos países centrais.

### 3.1 Ocupa Cabral

As mobilizações na cidade do Rio de Janeiro iniciadas em junho de 2013 proporcionaram uma experiência importante de luta social. O movimento chamado de "Ocupa Cabral", desdobramento das manifestações de rua, resistiu durante 36 dias na entrada do prédio do então governador do Estado, localizado na Rua Delfim Moreira, no Leblon, Zona Sul do Rio. O acampamento foi montado no canteiro central da Avenida Delfim Moreira, na altura da Rua Aristides Espínola. Estudantes, servidores e profissionais da educação protagonizaram essa ocupação, que mobilizou diversos atos no local, todos convocados por uma página na rede social Facebook, chegando a 4 mil pessoas em determinado momento.

O objetivo desse movimento era utilizar da ocupação de um espaço público, simbólico por ser a moradia do governador da época, para pedir a saída de Sérgio Cabral. As críticas eram prioritariamente focadas nas políticas públicas referentes ao poder local e a relação das pessoas com a cidade. Nesse sentido, as pautas desse movimento foram construídas para denunciar a relação do governador Cabral com proprietários de algumas empreiteiras; bem como a responsabilidade do governo do Estado no desaparecimento do pedreiro Amarildo, mora-

<sup>6</sup> Sobre as manifestações de junho de 2013, ver mais na coletânea de artigos "Cidades Rebelde" (MARICATO, Ermínia, et al.).

dor da favela da Rocinha que sumiu após prestar depoimento para a UPP local (integrante da política de segurança pública do Estado); denunciar a militarização crescente na cidade e pedir o fim da polícia militar; e pedir também mais investimentos nas áreas sociais, que seguidamente foram alvos de cortes durante os governos do PMDB. Durante esses dias os manifestantes foram expulsos pela polícia militar em mais de uma oportunidade, com forte truculência e repressão, voltando a se instalar novamente em seguida.

O Ocupa Cabral durou 40 dias, de 28 de julho a 05 de setembro de 2013, quando parte dos manifestantes migraram para fortalecer o Ocupa Câmara, acampamento em frente à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, também desdobramento das “jornadas de junho”<sup>7</sup>. O movimento teve um importante papel na desestabilização política do governo do Estado, e o governador Sérgio Cabral acaba por renunciar em abril de 2014, deixando o cargo para seu sucessor político, o vice-governador Pezão.

### 3.2. Ocupa Escolas

Em resposta aos diversos ataques aos direitos históricos conquistados pela classe trabalhadora e juventude, temos vivido novas experiências políticas radicalizadas e autônomas de reivindicação e luta por todo país. Nesse contexto de ofensiva conservadora que retira direitos, jovens de todo Brasil protagonizaram ações contundentes em defesa da educação pública, como é o caso das ocupações das escolas de São Paulo contra a reorganização escolar apresentada pelo governo de Geraldo Alckmin em 2015. No Ceará, cerca de 54 escolas foram ocupadas por estudantes secundaristas. No Rio Grande do Sul, mais de 100 escolas foram ocupadas. Os estudantes reivindicam, em geral, reforma nas escolas; implantação do passe livre; diversificação no cardápio da merenda e aumento na quantidade da alimentação fornecida pelas escolas. Eles destacam também que as ocupações ocorrem em apoio à greve dos professores da rede estadual de ensino.

No Rio de Janeiro, o resultado de cortes de recursos públicos acirrou a precarização dos serviços nas universidades estaduais e na rede estadual de educação. Na maior universidade estadual, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), trabalhadores terceirizados ficaram meses sem receber, inúmeras demissões foram realizadas e os estudantes sofrem sem bolsas. Na rede estadual de educação, o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE) articulou uma greve de cerca de quatro meses, pleiteando reivindicações salariais da categoria (reajuste de 30%).

Diante disso, estudantes secundaristas de todo Estado, inspirados na luta vitoriosa do levante secundarista de São Paulo, ocuparam mais de 70 escolas e também a SEEDUC (Secretaria Estadual de Educação do RJ) de forma independente, construindo assembleias e espaços amplos de discussão sobre os rumos das mobilizações e a respeito de novos modelos de educação sonhados pela juventude. A primeira ocupação aconteceu no dia 21 de março no Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes, na Ilha do Governador. O movimento ganhou, logo, força em todo o estado.

A ocupação das escolas chegou ao fim no dia 21 de junho, quando os estudantes desocuparam as duas últimas escolas da rede estadual. De acordo com a SEEDUC, as aulas foram retomadas no CAIC Tiradentes e Colégio Reverendo Hugh Clarence Tucker, que ficam no mesmo prédio.

A SEEDUC informou que os alunos tiveram parte das reivindicações atendidas. Foi feita consulta com pais alunos e professores para escolha dos diretores das 70 unidades ocupadas. Também ficou garantido aos alunos que o Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ) terá sua última edição realizada no final de 2016 para que, a partir de 2017, fosse promovido um simulado preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A Secretaria se prontificou, ainda, a mediar junto ao Ministério Público e à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro um acordo para que a recarga do Bilhete Único dos estudantes, cartão pelo qual é disponibilizado o passe livre estudantil, anteriormente feita semanalmente, passe a ser feita uma única vez ao mês.

### 3.3. Ocupações contra o Golpe: contexto

Tais reflexões servem de base para tentarmos compreender o atual cenário político e as lutas sociais que decorrem da organização da resistência conforme as estratégias criadas pelos agentes políticos desse tempo histórico. O atual governo de Michel Temer chegou ao poder através de um golpe institucional, na visão de parte da sociedade; por meio de um *impeachment*, protagonizado pelo PMDB, Eduardo Cunha, Rede Globo, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e setores da burguesia, a partir de movimentações que utilizam de suas influências políticas no judiciário e legislativo para legitimar as mudanças propostas no poder Executivo. Em seus primeiros passos como presidente interino, Michel Temer e seu partido dearam demonstração de suas políticas ainda mais conservadoras e neoliberais, dizendo serem antídotos necessários para recuperar o Brasil da atual crise econômica e política, na qual vivem os países periféricos.

O projeto de país de Michel Temer começa a ser visto em suas primeiras políticas, claramente buscando uma redução da intervenção do Estado na economia, apontando para a privatização crescente dos serviços, transferindo a responsabilidade da crise para a população. Exemplos claros desse projeto de precarização da vida é a reforma da Previdência que permite aposentadoria só a partir dos 70 anos; gabinete e ministérios formados sem participação do povo negro e das mulheres, etc. Além do presidente da República interino, Michel Temer (PMDB), ao menos sete ministros do novo governo tiveram seus nomes citados nas investigações da Operação Lava Jato.

As ocupações apresentadas a seguir surgem em resposta a esse cenário de crise política e social, decorrente da extinção de políticas públicas, cortes em investimentos sociais e ameaças aos direitos sociais.

#### 3.3.1. Ocupa MinC

Como uma de suas principais agendas macroeconômicas para superação da recessão econômica,

7 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/09/1337926-manifestantes-deixam-esquina-de-cabral-depois-de-40-dias-de-ocupacao.shtml>>

o governo de Michel Temer apresentou uma reforma ministerial, com o objetivo de reduzir a máquina pública, resultando no corte de ministérios. No conjunto dessa reforma, a extinção do Ministério da Cultura se tornou o principal alvo de críticas por parte dos movimentos culturais, artistas independentes e também aqueles mais conhecidos. O que não se esperava naquela altura é que essas críticas tomassem todos os cantos do país, unificando, em manifestações político culturais, jovens artistas, coletivos de comunicação como Fora do Eixo e Mídia Ninja, partidos políticos como PT, PSOL e PCdoB, coletivos artísticos de dança, teatro, música e diversas outras expressões culturais, além de outras experiências de organizações dos jovens e trabalhadores.

A primeira grande manifestação foi uma iniciativa que começou a partir da convocação de um “abraço” no Palácio da Cultura Gustavo Capanema, onde funciona a Fundação Nacional das Artes (Funarte) – órgão público federal de fomento à cultura, que já foi sede do MinC – localizado no Centro da cidade do Rio de Janeiro, no dia 16 de maio de 2016. O diferencial do movimento foi tentar construir uma experiência de resistência mais contínua no espaço urbano, a partir da ocupação do segundo andar do prédio, inspirados nas últimas ocupações de escolas por jovens secundaristas. Os ocupantes disseram que não havia tempo determinado para a ocupação do prédio ser encerrada. O que havia de consenso no movimento eram duas grandes certezas: a ocupação é contra extinção do Ministério da Cultura e não reconhece o governo de Michel Temer, portanto, não elaboraram uma pauta de negociação.

Assim que se iniciou a ocupação, foram elaborados um manifesto e uma página no Facebook destinada inicialmente para a convocatória das próximas atividades no Palácio Capanema. Esta ação contou com o apoio de diversos movimentos culturais, partidos políticos, movimento estudantil, sindicatos, parlamentares, movimentos sociais, artistas famosos e novos manifestantes, que passaram a frequentar diariamente aquele espaço.

O Ocupa MinC inspirou coletivos culturais e artistas de diversas cidades, que se organizaram para convocatórias de atos, prioritariamente para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Algo que chamou bastante atenção nessas ações, é o fato delas terem sido organizadas com o mesmo eixo político: contrários à extinção do MinC e pela saída do governo de Michel Temer.

Nesse novo processo político de luta, que organizou jovens e trabalhadores da cultura, não foram apenas os atos que se espalharam por todas as capitais do Brasil, mas também as ocupações dos espaços públicos. Foi possível mapear ocupações em todos os Estados, inclusive o Distrito Federal, com exceção do Espírito Santo, que realizou manifestações, mas não uma ocupação fixa, pois, a sede é a mesma do Rio de Janeiro.

Além das pautas políticas, essas ocupações tiveram algumas semelhanças em relação às formas de luta e métodos organizativos. A identidade visual e as formas de comunicação utilizadas pelas ocupações do MinC chamaram muita atenção da sociedade civil. É inegável o alto grau de utilização da

internet e das redes sociais em todas as ocupações. A grande maioria utilizou uma página do Facebook como a principal ferramenta de comunicação com a sociedade, onde eram feitas postagens diárias com as programações da semana, e diversas variações de vídeos, fotos, imagens animadas em formato .gif e textos.

Foi possível identificar que uma das principais preocupações dos ocupantes é como fazer da ocupação um espaço capaz de agregar novas pessoas. Para responder isso, foram elaboradas programações diárias em todas as ocupações, algumas com atividades até nos finais de semana. Debates, apresentações culturais, exposições, oficinas, filmes e rodas de conversa foram as atividades que mais puderam contribuir para que sempre houvesse alguma troca e vivência naquele espaço, proporcionando aos visitantes momentos de compartilhar experiências e debater sobre as principais questões para o país.

Os ocupantes foram retirados pela Polícia Federal do Palácio Gustavo Capanema na segunda-feira dia 25 de julho de 2016, após permanecerem no local por cerca de 73 dias. Apesar desse revés na mobilização, os militantes articularam um novo local para dar continuidade ao Ocupa MinC. O espaço escolhido foi o Canecão, uma tradicional casa de show do Rio de Janeiro que estava fechada há 6 anos. Localizada no bairro de Botafogo, Zona Sul da cidade, a casa de shows pertence à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e foi ocupada no dia 27 de julho pelos mesmos grupos de antes, com o objetivo de dar continuidade a luta em defesa do Ministério da Cultura e contrária ao governo do presidente Michel Temer.

A organização do Ocupa MinC no Canecão funcionou no mesmo formato, proporcionando espaços de participação política, oficinas, aulas públicas, shows e palestras. O movimento Ocupa MinC permaneceu um pouco mais de um mês no local e no dia 04 de setembro o movimento decidiu de maneira coletiva desocupar espontaneamente a antiga casa de shows.

### 3.3.2. Ocupa SUS

Após a cidade do Rio de Janeiro ser mais uma vez palco de muitas lutas urbanas, como as ocupações das escolas e a ocupação do MinC, surge mais um novo movimento de resistência que enxerga na ocupação do espaço público uma ferramenta legítima de contestação das políticas do governo federal.

Diferente da luta contra a extinção do Ministério da Cultura, na qual a cidade do Rio foi a pioneira nesse enfrentamento que chegou a todas as capitais, a ocupação do SUS teve início na Bahia, Minas Gerais e Florianópolis. Essa articulação nacional se iniciou em Salvador, no dia 30 de maio, quando cerca de 200 ativistas ocuparam o prédio do Ministério da Saúde, localizado na rua do Tesouro, 21, no centro da capital baiana. O movimento tinha como objetivo a saída imediata de Michel Temer e a defesa do Sistema Único de Saúde. Após a ocupação na Bahia, ativistas ocuparam o prédio do Ministério da Saúde, em Belo Horizonte (MG), na sexta-feira dia 03 de junho, e em Santa Catarina (Florianópolis), na segunda-feira, dia 06 do mesmo mês.

No dia 08 de junho de 2016, por volta de 10h da manhã, ocorreu uma ação de protesto organizada por trabalhadores e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), movimentos sociais e sindicatos em defesa da saúde pública universal, gratuita e de qualidade, que ocuparam o prédio do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (MS/Nerj). Policiais militares foram chamados, mas ficaram apenas no térreo do prédio. Assim como nas outras ocupações, os primeiros passos da ocupação foram a construção de um manifesto, uma página no Facebook para diálogo com a sociedade e divulgação da programação, além de buscar apoio jurídico, parlamentar, de coletivos, partidos e organizações da sociedade civil.

Além da defesa do SUS e da busca pela saída imediata do presidente Michel Temer, o Ocupa SUS apresentou uma pauta de reivindicação bastante extensa. Os manifestantes afirmam não aceitar os cortes da Desvinculação das Receitas de União para 30%, como propunha a PEC 87 em tramitação no legislativo. O novo ministro da saúde, Ricardo Barros, também foi um dos principais alvos da ocupação, visto que o movimento não reconhecia sua nomeação. Ricardo Barros recebeu 100 mil reais de empresas de planos de saúde em sua campanha para deputado federal. O movimento diz em seu manifesto: "Ricardo Barros afirmou em sua primeira declaração como ministro que pretende reduzir o tamanho do SUS. Em outras palavras, o ministro defende um SUS cada vez mais sucateado para os pobres e a expansão do lucrativo mercado de planos e seguros de saúde através de incentivos públicos. O SUS é de todas e para todos."

O movimento também se afirmava contrário à nomeação de Jair Veiga para diretor do Departamento de Gestão Hospitalar (DGH/RJ), contra a privatização da gestão do SUS, contra os cortes na saúde, contrários a nomeação de Fátima Pelaes para a Secretaria de Mulheres e de Osmar Terra para o Ministério do Desenvolvimento Social, e em defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e da Estratégia Saúde da Família.

A ocupação se manteve firme com programações diárias, como plenárias amplas, oficinas, debates, rodas de conversa. As plenárias de construção da ocupação aconteciam diariamente no saguão do prédio e eram abertas à participação daqueles que desejavam se integrar à luta. Aconteceram atividades ampliadas com bastante participação, como por exemplo uma roda de conversa dos alunos e residentes da UFRJ e da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) sobre o trabalho da equipe de saúde da família no território da favela, sob condução da professora Valéria Romano. Durante o trabalho de campo foi possível identificar a ocorrência de aulas públicas, com temas sobre educação e saúde; jovens de favela e violência, como Marielle Franco e Rejany Ferreira; Roda Manicômio Nunca Mais, facilitada pelo Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial do RJ. A ocupação também foi um espaço de formação profissional para quem participava: Os médicos residentes discutiram sobre saúde materno-infantil, especificamente sobre abordagens de gestantes na Atenção Básica em Saúde, comparando os diferentes protocolos de atenção, buscando qualificar efetivamente o atendimento a essa população.

As atividades culturais também foram estratégias importantes para atrair pessoas e garantir a segurança dos ocupantes. Foram organizadas vigílias culturais em frente ao prédio do NERJ, recebendo diversos artistas e grupos culturais do Rio de Janeiro.

Depois de 20 dias de ocupação, o Ocupa SUS se retirou das dependências do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, às 10 horas, na segunda-feira, 27 de junho. No dia 24, algumas entidades que ajudaram a construir o movimento foram notificadas sobre uma ação de manutenção de posse exigindo a saída imediata do prédio ocupado. Mais uma vez, o Estado responde às lutas sociais com repressão ou ameaça do uso da força policial. Em sua carta de desocupação, o movimento aponta para a tentativa de criminalização e para a inconstitucionalidade da decisão judicial. "A ação jurídica-policial de 54 páginas possui claro teor político, uma vez que criminaliza a ação política de ocupação de prédio público, o que é absolutamente inconstitucional."

### 3.3.3. Ocupa Funai

O conjunto de propostas apresentadas pelo governo de Michel Temer e seus aliados representava profundos ataques aos direitos fundamentais dos povos indígenas e as limitadas políticas públicas de reconhecimento de terras que existiam. Diante disso, o movimento indígena vinculado à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) protagonizou, a partir do dia 04 de julho de 2016, com auge no dia 13, o movimento OCUPA FUNAI.

A APIB reafirmou o seu veemente repúdio a toda essa ofensiva e a sua determinação de resistir e lutar contra todas as medidas anti-indígenas adotadas pelo governo de Michel Temer. A organização foi capaz de articular 35 ocupações em todo o Brasil. Os atos aconteceram em Coordenações regionais, Coordenações Técnicas Locais da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), rodovias e outros espaços de visibilidade, além da própria sede da Funai em Brasília.

A cidade do Rio de Janeiro também foi palco de uma ação do movimento indígena, no dia 15 de julho, no Museu do Índio, na Rua das Palmeiras, em Botafogo. Indígenas de diferentes etnias estiveram presentes, com protagonismo daqueles que viviam na Aldeia Maracanã. Foram apoiados por ativistas, pesquisadores, professores e estudantes que participaram da ação. Essa ação pretendia ser mais simbólica e não fazer daquela manifestação uma ocupação permanente, porém muitos indígenas queriam permanecer ocupados por mais tempo.

Apesar de a justiça ter negado uma liminar de reintegração de posse, a direção da Funai optou por retirar os indígenas e os apoiadores com truculência e repressão. Depois de serem expulsos com violência, mesmo estando feridas, cerca de 30 pessoas continuaram resistindo na entrada do Museu do Índio. O diálogo com a sociedade, as denúncias e pedidos de ajuda foram feitos a partir de uma página no Facebook "Ocupa FUNAI RJ". A ocupação resistiu até o dia 18, quando a Justiça Federal concedeu reintegração de posse do Museu do Índio à Funai.

O movimento apresentou um manifesto do Ocu-

pa FUNAI, com uma pauta consistente de exigências e reafirmação de direitos. Nesse conjunto de reivindicações, a Apib aponta como prioritárias: “a decisão de paralisar ou rever a demarcação de terras indígenas; o corte anunciado de 33% no orçamento da Fundação Nacional do Índio; a determinação de reduzir o quadro de servidores, já precário, da Funai; a supressão da Funai na estrutura administrativa do Ministério da Justiça; contrária à criminalização de lideranças, organizações e comunidades indígenas e de organizações de apoio.

#### 4. Considerações finais

Cumpriu-se até aqui uma tentativa de trazer ao debate acadêmico, através do exercício empírico, a socialização de experiências recentes de lutas sociais que se destacaram no Rio de Janeiro, articulando repertórios de movimentos sociais urbanos e novas formas de ativismo político (exemplificadas nos movimentos *Occupy*). Buscou-se apresentar uma contextualização histórica dos processos políticos que geraram o avanço do neoliberalismo no Brasil, assim como a aparição de uma crise de sociabilidade, econômico e político, que se expressa no espaço urbano, principalmente a partir de 2013.

Essa crise política e econômica mundial, a partir de 2008, despertou mobilizações e resistências em vários territórios, como descrito ao longo do texto. Nota-se uma insatisfação e indignação coletiva contra diferentes injustiças sociais, porém há uma crítica de escala nacional e global ao modelo de vida capitalista, em praticamente todas as ocupações. A luta social em defesa dos direitos, que ocorre principalmente nos países periféricos, teve como uma espécie de marco geral o enfrentamento ao avanço liberalizante da economia, bastante conservadora nas ideologias políticas e muito mais radicais nas reformas estruturais que têm retirado sucessivamente direitos sociais históricos.

A descrença na capacidade da organização coletiva em prover vitórias na defesa dos direitos sociais é histórica no conjunto da sociedade civil brasileira. Sem sombra de dúvidas, as ocupas tiveram que travar esse embate para convencer as pessoas de que a luta coletiva através da ocupação do espaço é de fato capaz de mudar a nossa realidade. O impacto desses movimentos só foi possível com a disputa cotidiana da consciência de novas pessoas sobre a relevância daquele modo de resistência e a respeito da importância da participação e solidariedade.

Essas experiências foram o primeiro contato com a luta social para uma série de pessoas, que futuramente poderão se organizar coletivamente e ampliar a capacidade de mobilização e enfrentamento aos retrocessos que estão por vir. Embora alguns desses movimentos não tenham alcançado todas suas pautas, o processo de organização e luta social possui uma relevância simbólica e com capacidade de proporcionar vitórias futuras muito grande. É importante destacar também que na grande maioria dos espaços de resistência coletiva, a juventude foi protagonista da luta. Muitas pessoas puderam se compreender enquanto sujeitos políticos a partir dessas experiências. Alguns se organizaram em coletivos locais, de juventude, em partidos, em grupos de cultura, outros tiveram um despertar para o senso crítico e enxergaram que as ocupas e resistência

popular podem ser alternativas para a construção de novas formas de constituir as relações sociais.

Gaminhando para o final, ainda é relevante apontar algumas características positivas que surgiram nessas experiências. Identificava-se no conjunto dessas ocupações a busca pela construção coletiva da luta com base em princípios de democracia direta e tomadas de decisões coletivas na maioria dos espaços. Todas as ocupações realizaram sistematicamente assembleias amplas para discussão das pautas, estratégias de lutas, modos de organização interna, entre outras formas horizontais e coletivas.

Em relação à organização, destaca-se no movimento de ocupas o fortalecimento de práticas autogestionadas pelos próprios ocupantes. Tudo que dizia respeito às ocupações era definido conforme interesses dos sujeitos políticos que estavam presentes. As influências diretas de partidos e sindicatos, por exemplo, foi menor do que em outros momentos de mobilização social. Nota-se também a preocupação com a divisão de tarefas. Manter uma ocupação viva necessita de limpeza, ornamentação, panfletagem, atividades de formação política, debates públicos, segurança, mobilização. Para potencializar e assegurar que essas tarefas fossem cumpridas, a organização interna da maioria das ocupas se dava a partir da divisão dos participantes em pequenos grupos específicos para cada atividade. As comissões, brigadas, grupos de trabalho – independente da nomenclatura – foram bastante significativas para a construção de uma luta coletiva, organizada e democrática.

As ocupas tiveram esse salto organizativo e de mobilização conforme conseguiam manter os espaços de ocupação com um calendário de atividades amplo, responsável por fazer a ocupação existir de fato. Inúmeras experiências surgiram nesse sentido, mas algumas tiveram destaque e foram replicadas. As ocupas realizaram diversas palestras e debates, rodas de conversa temáticas, grupos de leitura e discussão, ações político-culturais, entre outras. Isso proporcionou que os participantes, através das ocupações, pudessem ter uma formação e acesso a debates que muitas vezes são limitados a pequenos grupos.

Por último, vale apresentar três pontos que ficam de reflexão para a coletividade, destacados por Francisco Mata Machado Tavares e Ellen Ribeiro Veloso, da UFG, na obra “A gente ainda nem começou: Repertórios de confronto político nas escolas ocupadas em Goiânia” (TAVARES & VELOSO, 2016):

i) o direito e a judicialização não se definem como neutros e, tendo em vista a sua conformação paradoxal, revelam-se preponderantemente como elementos determinados pelas lutas sociais, antes de serem os seus determinantes, como supõem inúmeros/as dissidentes políticos/as.

ii) O momento de lutas sociais no mundo atual é distinto daquele observado até 2008, nos protestos alterglobalistas do Movimento de Justiça Global. Agora, as demandas de fôlego translocal manifestam-se em sítios específicos. Ademais, o binômio pressão/prefiguração passa a compor os repertórios de modo decisivo. Assim, ter o controle territorial de amplos espaços onde o movimento prefigura suas



pautas e onde se alcança a um só tempo visibilidade social e imposição de desconforto aos entes demandados se define como um aspecto tático crucial no êxito ou malogro do ativismo contemporâneo.

iii) A tensão entre atores/atrizes tradicionais e as novíssimas personagens que tendem a se identificar com o espectro político autonomista – fenômeno recorrente em escala global – pode metabolizar a

não certificação ou mesmo a “decertificação” destas (como no caso estudado), o que leva, por mecanismos de negociações quebradas, a um incremento das práticas repressivas, com impacto sobre a desmobilização.

### Referências Bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e>>. Acessado em 20 jul. 2017.

EBC NOTÍCIAS. <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/09/manifestantes-deixam-acampamento-proximo-ao-predio-do-governador-do-rio>>. Acessado em 20 jul. 2017.

ANISTIA INTERNACIONAL. (2015), *Você matou meu filho: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Anistia Internacional.

ARMAZÉM DE DADOS. <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>>. Acessado em 21 jul. 2017.

BBC BRASIL. <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias//2016/01/160118\\_riqueza\\_estudo\\_oxfam\\_fn](http://www.bbc.com/portuguese/noticias//2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn)>. Acessado em 21 jul. 2017.

\_\_\_\_\_ <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130625\\_impacto\\_occupy\\_gm](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130625_impacto_occupy_gm)>. \_ Acessado em 21 jul. 2017.

BLOG DESIGUALDADES ESPACIAIS. <<https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/11/04/mapa-racial-da-cidade-do-rio-de-janeiro/>>. Acessado em 30 jul. 2017.

COMITÊ BRASILEIRO DE DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS (CDDH). (2017), *Vidas em luta: criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil*. Curitiba, Terra de Direitos..

DANCINI, Alex de Novais & PEREIRA MELO, José Joaquim. Materialismo Histórico: Apontamentos Introdutórios. In: Encontro de Produção Científica e Tecnológica, 6, 2011, Campo Mourão. *Anais ... Campo Mourão: FECILCAM/NUPEM*, 2011, páginas inicial e final.

LÉFÈBVRE, Henri. (1979), *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

MARICATO, Ermínia. (2011), *O Impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes.

MOBILIZAÇÃO NACIONAL INDÍGENA. <<https://mobilizaconacionalindigena.wordpress.com//2016/07/20/balanco-do-ocupa-funai/>>. Acessado em 23 jul. 2017.

NAÇÕES UNIDAS. <<https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>>. Acessado em 20 jul. 2017.

NONADA. <<http://www.nonada.com.br/2016/05/nao-e-so-pelo-minc-ocupacoes-dos-artistas-chegam-a-27-cidades-do-brasil/>>. Acessado em 20 jul. 2017

NOTÍCIAS BAND. <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/rio/noticia/100000821549/manifestantes-do-ocupa-minc-deixam-as-instala>>. Acessado em 23 jul. 2017.

RODRIGUES, Juciano M. (2013), “O caos do trânsito no RJ tem solução?” *Brasil de Fato*, , 3: páginas

RODRIGUES, Juciano M. (2016) “Qual o estado da mobilidade urbana no Rio de Janeiro”, in M. de Paula & D. Bartlet (orgs), *Mobilidade urbana no Brasil: desafios e alternativas*, Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll.

SOCIOAMBIENTAL. <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/ocupa-funai-promove-manifestacoes-em-varias-regioes-do-pais>>. Acessado em 23 jul. 2017.

TAVARES, Francisco M. M. & VELOSO, Ellen R. A gente ainda nem começou: Repertórios de confronto político nas escolas ocupadas em Goiânia. In: Encontro da ABCP “Ciência Política e Política: Memória e Futuro”, 10, 2016. *Anais ...*, Belo Horizonte. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/eventos/10o-encontro-abcp/areas-tematicas/at-8/participacao-politica>. Colocar data de acesso.

VAINER, Carlos B. (2000), “Pátria, empresa e mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano”, in O. Arantes; C. Vainer; E. Maricato, *A cidade do pensamento única: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. (2015), *Mapa da Violência 2015: Mortes matadas por arma de fogo*. Brasília, UNESCO.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. (2016), *Mapa da Violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil*. Brasília, FLACSO.